



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INPI
Rua Mayrink Veiga, 09, 22º andar – Centro – Rio de Janeiro – Cep 20.090-050
Tel.: (21) 3037-3731/3037-3208 – Fax.: (21) 3037-3206

Nota Nº 0020-2013-AGU/PGF/PFE/INPI/COOPI-LBC-2.16

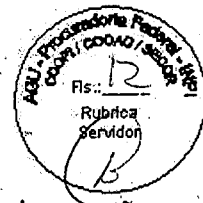
PROCESSO Nº 52400:003769-2012-12

INTERESSADO: OMPI

ASSUNTO: Legislação brasileira sobre propriedade industrial.

Senhor Procurador-Chefe da PFE-INPI,

1. A Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento, por intermédio do Memorando 004/12 DICOD, submete à consideração da Procuradoria consulta acerca da legislação brasileira sobre propriedade industrial.
2. As normas jurídicas constantes da WIPO LEX foram atualizadas, conforme Anexo 1. Passa-se ao exame das perguntas formuladas pela OMPI:
3. Primeira pergunta: “1) Os textos legais atualmente disponibilizados pelo WIPO LEX retratam adequadamente o atual completo ordenamento jurídico brasileiro no que tange a legislação principal e secundária relativa a PI (exemplo: leis, decretos-leis, decretos, leis ordinárias, decisões, atos normativos e resoluções, entre outros)?”
4. Sim, as normas disponíveis na WIPO LEX retratam de forma completa o ordenamento jurídico brasileiro sobre propriedade industrial. Algumas normas de natureza infralegal foram inseridas no Anexo 1, notadamente atos elaborados pelo INPI.
5. Segunda pergunta: “Os textos legais estão corretamente categorizados como leis, decretos-leis, decretos, leis ordinárias, atos normativos, decisões, resoluções, entre outros?”
6. Sim, as normas disponíveis no WIPO LEX estão corretamente categorizadas, isto é, divididas em conformidade com a natureza jurídica de cada ato normativo. Os equívocos encontrados foram corrigidos no Anexo 1.
7. Terceira pergunta: “A data em que foram expedidos e a data de entrada em vigor de cada um desses textos legais está correta?”



8. Sim, as datas as quais foram elaboradas e a data da entrada em vigor estão corretas, com exceção de determinadas normas, as quais foram corrigidas no Anexo 1.

9. Quarta pergunta: "As relações entre os textos legais estão apresentados de maneira correta e completa? (exemplo: emendas, referências, revogações, entre outros?)"

10. Sim, as referências legislativas relativas à vigência das normas encontram-se corretas, na maior parte das situações. Determinados textos foram revogados. O Anexo 1 efetuou as correções necessárias.

11. Quinta pergunta: "Existe alguma publicação que não tenha força legal mas que seja usada para ajudar a navegação de legislação e prática de PI?"

12. Sim, as publicações oficiais nesse sentido são elaboradas pelo INPI e encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da autarquia, por exemplo, Diretrizes de Análise de Marcas. Essas publicações foram inseridas no Anexo 2, no item Atualizações do INPI.

13. Sexta pergunta: "Existem notas explanatórias corretas e completas?"

14. As notas de explicação, quando existentes, encontram-se corretas.

15. O Anexo 2 constitui uma proposta de reformulação do modo de organizar as normas inseridas na base de dados.

16. A Procuradoria disponibiliza os anexos em formato eletrônico, contendo os links de acesso direto à base de dados legislativos da Presidência da República e ao Diário Oficial, e da Revista da Propriedade Industrial, mediante contato com a servidora Andreia Mota (andreia@inpi.gov.br).

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2013.

Loris Baena Cunha Neto
Procurador Federal
Coordenador

WIPO

Constitution / Basic Law (Date of current version)

Constitution of the Federative Republic of Brazil (2010)

~~Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010.~~

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 71, de 29.11.2012
Publicado no DOU 30.11.2012

Main IP Laws: enacted by the Legislature (Date of current version)

Law Nº 11.484 of May 31, 2007. (Integrated Circuit Topographies) (2007)

Law Nº 10.753 of October 30, 2003 (National Book Policy) (2003)

Publicado no D.O.U. de 31.10.2003 (Edição extra)

Law Nº 10.196 of February 14, 2001. (Amendments to the Law on Industrial Property) (2001)

Publicado no D.O.U. de 16.2.2001

Law Nº 9.279 of May 14, 1996 (Industrial Property Law) (2001)

Publicado no D.O.U. de 15.5.1996

Law Nº 9.609 of February 19, 1998 on the Protection of Intellectual Property of Software, its Commercialization in the Country, and Other Provisions (1998)

Publicado no D.O.U. de 20.2.1998 e retificado no D.O.U. de 25.2.1998

Law Nº 9.610 of February 19, 1998 on Copyright and Neighboring Rights (1998)

Publicado no D.O.U. de 20.2.1998

Law Nº 5.648 of December 11, 1970 (National Institute of Industrial Property (INPI)) (1998)

Publicado no D.O.U. de 14.12.1970

Law N° 9.456 of April 28, 1997 establishing the Plant Variety Protection Law and enacting other Measures (1997)

Publicado no D.O.U. de 8.4.1997, retificado em 26.8.1997 e 25.9.1997

IP related Laws: enacted by the Legislature (Date of current version)

Law N° 5.869 of January 11, 1973 (Code of Civil Procedure) (2011)

Publicado no D.O.U. de 17.1.1973

Law N° 10.973 of December 2, 2004 (Innovation and Research in Science and Technology) (2010)

Publicado no D.O.U. de 3.12.2004

Law N° 10.406 of January 10, 2002 (Civil Code) (2010)

Publicado no D.O.U. de 11.1.2002

Law N° 8.383 of December 30, 1991 (Fiscal Reference Unit & Income Tax) (2010)

Publicado no D.O.U. de 31.12.1991

Vide Lei n° 10.192, de 2001

Vide Lei n° 10.522, de 2002

Law N° 5.700 of September 1, 1971 (National Symbols) (2009)

Publicado no D.O.U. de 2.9.1971

Law N° 11.105 of March 24, 2005 (Biosafety Law) (2007)

Publicado no D.O.U. de 28.3.2005

Law N° 8.884 of June 11, 1994 (Antitrust Law) (2007)

Publicado no D.O.U. de 13.6.1994

Vide Lei n° 12.529, de 2011

Law N° 4.131 of September 3, 1962 (Foreign Capital Law) (2006)

Vide Decreto n° 91.152, de 1985

Vide Decreto-Lei nº 2.469, de 1988

Law Nº 3.470 of November 28, 1958 (Income Tax Law) (2001)

Vide RSF nº 38, de 1960.

Publicado no D.O.U. de 28.11.1958

Law Nº 4.506 of November 30, 1964 (Tax Law) (1997)

Publicado no D.O.U. de 30.11.1964

Vide Decreto-Lei nº 2.396, de 1987

Vide Decreto-Lei nº 2.429, de 1988

Vide Lei nº 9.249, de 1995

Law Nº 8.955 of December 15, 1994 (Franchising Law) (1994)

Publicado no D.O.U. de 16.12.1994

Legislative Decree Nº 30 of 1994 (Approval of the Final Act of the Uruguay Round) (1994)

Publicado no D.O.U. de 16.12.1994

Vide Decreto nº 4.062, de 21 de Dezembro de 2001 (Poder Executivo) - (Aplicação)

Vide Decreto nº 1.488, de 11 de Maio de 1995 (Poder Executivo) - (Norma Complementar)

Vide Decreto nº 1.355, de 30 de Dezembro de 1994 (Poder Executivo) - (Promulgação)

IP Laws: issued by the Executive (Date of current version)

Decree-Law Nº 3.689 of October 3, 1941 (Code of Criminal Procedure) (2011)

Publicado no D.O.U. de 13.10.1941

Decree Nº 7.356 of November 12, 2010 (Organisational Structure of the Institute of Industrial Property) (2010)

Publicado no D.O.U. de 12.11.2010 (Edição Extra)

Decree-Law Nº 2.848 of December 7, 1940 (Penal Code) (2010)

Publicado no D.O.U. de 31.12.1940

Vide Lei 12.737, de 2012

Ordinance Nº 101 of 12 May 2009 (INPI's Service Fees) (2009)

O correto é Portaria MDICE N° 101, de 12 de maio de 2009.

Publicado no D.O.U. em 14.05.2009

Decree N° 6.590 of October 1, 2008 (Penalties for Infractions Committed in Cinematographic Activities) (2008)

Publicado no D.O.U. de 2.10.2008

Ordinance MDIC/GM N° 130 of June 11, 2008 (Approval of Internal Rules of the INPI) (2008)

Portaria publicada no D.O.U. n° 111, de 12 de junho de 2008, seção I, páginas 78 a 88, e retificada pela Resolução n° 179, de 30 de junho, publicada no D.O.U. n° 126, de 03 de julho de 2008, Seção I, página 81 (Art. 47)

~~Ordinance N° 52 of October 8, 2007 (Program for Promotion and Valorisation of Cultural Expression and Identity of Indigenous Peoples) (2007)~~

O correto é Portaria MINC N° 52, de 8 de outubro de 2007.

Publicado no D.O.U. de 9.10.2007

~~Ordinance N° 85 of April 10, 2006 (Approval of the Internal Regulation of the Department Agricultural Cooperative Development) (2006)~~

O correto é Portaria MAPA N° 85, de 10 de abril de 2006.

Publicado no D.O.U. de 11.04.2006.

~~Ordinance N° 38 of February 7, 2006 (Approval of the Internal Regulation of the National Laboratory of Analysis, Characterization and Differentiation of Plant Varieties (LADIC)) (2006)~~

O correto é Portaria MAPA N° 38, de 7 de fevereiro de 2006.

Publicado no D.O.U. de 8.02.2006

Decree N° 5.459 of June 7, 2005 (Genetic Heritage & Traditional Knowledge) (2005)

Art. 30 da Medida Provisória no 2.186-16, 2001

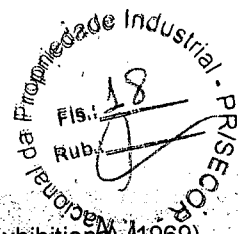
Publicado no D.O.U. de 8.6.2005 e retificado no D.O.U. de 21.6.2005

Decree N° 5.244 of October 14, 2004 (National Council on Combating Piracy and Intellectual Property Crimes (CNCP)) (2005)

Publicado no D.O.U. de 15.10.2004

Decree N° 4.830 of September 4, 2003 (Compulsory Licenses in Cases of National Emergency and Public Interest) (2003)

Publicado no D.O.U. de 5.9.2003



Decree-Law N° 980 of October 20, 1969 (Collection of Copyright Fees for Cinematograph Exhibitions) (1969)

Publicado no D.O.U. de 21.10.1969

Decree-Law N° 37 of November 18, 1966 (1966)

Publicado no DOU de 21.11.1966

Vide alterações:

Vide Decreto-Lei n° 1.366, de 1974

Vide Decreto Lei n° 1.964, de 1982

Vide Decreto-lei n° 2.033, de 1983

Ordinance MF N° 436/58 (1958)

PORTARIA MF n° 436 de 30 de dezembro de 1958.

Decree-Law N° 25, November 30, 1937 (Protection of the National Historical and Artistic Heritage) (1937)

Publicado no D.O.U. de 6.12.1937

INPI Resolution N° 263/2011 of January 28, 2011 (Quality Management System of the Trademark Directorate) (2011)

INPI Normative Act N° 159/2001 (Service Marks Application Forms) (2011)

Revogado pela RESOLUÇÃO INPI n° 279, de 29 de dezembro de 2011.

INPI Resolution N° 249/10 (Form of Applications in the Area of Industrial Designs) (2010)

Publicado no D.O.U. de 27.8.2010

Central Bank Resolution N° 3.844/10 (Electronic Declaratory Registration) (2010)

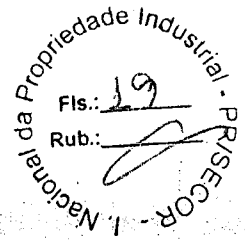
BACEN RESOLUÇÃO N° 003844, de 24 de março de 2010.

INPI Resolution N° 231/09 (Registration of Software) (2009)

INPI RESOLUÇÃO N° 231, de 30 de novembro de 2009.

INPI Resolution N° 211/09 (Fees for Services Provided by the INPI) (2009)

INPI RESOLUÇÃO N° 211, de 14 de maio de 2009.



INPI Resolution N°: 207/09 (Patent Application) (2009)

INPI RESOLUÇÃO N° 207, de 24 de abril de 2009.

INPI Operational Rule N°: 01/09 (Application for Certificate of Addition of Invention in the DIRPA) (2009)

INPI Norma Operacional N° 01, de 13 de janeiro de 2009.

INPI Resolution N°: 204/2009 (Sets the Values of the Fees of Registration Services of Computer Programs) (2009)

INPI RESOLUÇÃO N° 204, de 18 de março de 2009.

INPI Resolution N°: 191/08 (Priority Right for Patent Application) (2008)

INPI RESOLUÇÃO N° 194, de 10 de outubro de 2008.

~~INPI Resolution N°: 187/08 of September 23, 2008 (Procedures for Registration of Topographies) (2008)~~

~~Revogada pela Instrução Normativa INPI n° 273, de 31 de outubro de 2011.~~

INPI Resolution N°: 190/08 of September 23, 2008 (Application Form for Registration of Topographies) (2008)

INPI RESOLUÇÃO N° 190, de 03 de setembro de 2008.

INPI Resolution N°: 163/2007 (Amendment to Applications for Trademark Registration) (2007)

INPI RESOLUÇÃO N° 163, de 12 de novembro de 2007.

Altera dispositivo da RESOLUÇÃO n° 144, de 18 de abril de 2007.

~~INPI Resolution N°: 144/07 (Application for Trademarks Registration) (2007)~~

~~Revogada pela RESOLUÇÃO INPI N° 163, de 12 de novembro de 2007.~~

~~INPI Resolution N°: 135/2006 (Deposit of Patent Application) (2006)~~

~~Revogada pela RESOLUÇÃO INPI N° 208, de 24 de abril de 2009.~~

~~INPI Resolution N°: 132/06 (Priority Right for Patent Application) (2006)~~

~~Revogada pela RESOLUÇÃO INPI N° 191, de 10 de outubro de 2008.~~

INPI Resolution N°: 126/2006 (Electronic System for Management of Industrial Property) (2006)

INPI RESOLUÇÃO N° 126, de 10 de agosto de 2006.

INPI Resolution N°. 127/2006 (Establishes the Module MARKS Electronic System of Industrial Property Management) (2006)

INPI RESOLUÇÃO N° 127, de 10 de agosto de 2006.

INPI Resolution N°. 128/06 (User's Manual e-MARKS Module and e-INPI) (2006)

INPI RESOLUÇÃO N° 128, de 10 de agosto de 2006.

INPI Resolution N°. 124/2006 (Procedures for Payment of Annual Fees of Patents) (2006)

INPI RESOLUÇÃO N° 124, de 24 de janeiro de 2006.

~~Normative Instruction SRF N° 040 of April 9, 1999 (Customs Clearance of Cultural Goods) (2006)~~

~~Revogada pela Instrução Normativa RFB N° 874, de 8 de setembro de 2008.~~

INPI Resolution N°. 118/2005 (Voluntary Assistance for Technical Examination of Patents) (2005)

INPI RESOLUÇÃO N° 118, de 15 de junho de 2005.

INPI Resolution N°. 117/05 (Electronic Journal of Industrial Property) (2005)

INPI RESOLUÇÃO N° 117, de 10 de junho de 2005.

INPI Resolution N°. 116/04 (Applications for Return Requests of the INPI) (2004)

INPI RESOLUÇÃO N° 116, de 22 de dezembro de 2004.

~~INPI Resolution N°. 111/04 (A Specific Fee Change for Software Registration) (2004)~~

~~Revogada pelas Resoluções INPI n° 273 e 274, de 24 de novembro de 2011.~~

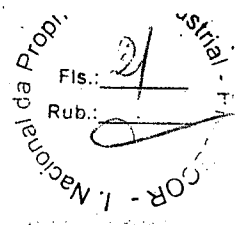
INPI Resolution N°. 094/2003 (Transfer of Technology) (2003)

INPI Normative Act N°. 161 of June 10, 2002 (Registration of Industrial Designs) (2002)

INPI Ato Normativo N° 161, de 10 de junho de 2002 e RESOLUÇÃO INPI n° 278, de 9 de dezembro de 2011.

INPI Normative Act N°. 160/2001 (User guide of the Trademark Directorate) (2001)

Revogada pela RESOLUÇÃO INPI N° 279, de 29 de dezembro de 2011 e Manual do Usuário da Diretoria de Marcas: Para Apresentação de Pedidos e Petições em Papel.



INPI Resolution N° 077/2001 (Amendment to Resolution No. 076/2000) (2001)

INPI RESOLUÇÃO N° 077, de 14 de março de 2001. Dá nova redação ao item 2, da RESOLUÇÃO n° 076/2000.

INPI Resolution N° 076/2000 (Adoption of the International Classification of Industrial Designs) (2000)

INPI RESOLUÇÃO N° 076, de 15 de dezembro de 2000.

INPI Normative Act N° 158/00 (Submission of Application for Registration of Contracts and Invoices) (2000)

INPI Ato Normativo N° 158, de 22 de agosto de 2000.

Decision N° 9/00 (Tax on Income of Corporations) (2000)

Decisão N° 9, de 28 de junho de 2000.

INPI Normative Act N° 155/00 (Application Forms for Registration of Technology Transfer) (2000)

INPI Ato Normativo N° 155, de 7 de janeiro de 2000 e INPI Ato Normativo N° 158, de 22 de agosto de 2000.

Declaratory Act N° 1/00 (Tax Treatment) (2000)

Ato Declaratório (Nominativo) N° 1, de 5 de janeiro de 2000.

Normative Act N° 150/99 (International Classification of Goods and Services) (1999)

INPI Ato Normativo N° 150, de 9 de setembro de 1999.

INPI Resolution N° 58/98 (Rules and Procedures for Registration of Software) (1998)

INPI RESOLUÇÃO N° 058, de 14 de julho de 1998.

INPI Resolution N° 59/98 (Fees for Registration of Software) (1998)

INPI RESOLUÇÃO N° 59, de 14 de julho de 1998.

INPI Normative Act N° 137 (Records of expressions and advertising signs) (1997)

INPI Ato Normativo N° 137, de 30 de abril de 1997.

INPI Normative Act N° 135/97 (Registration of Franchising and Technology Transfer Contracts) (1997)

INPI Ato Normativo N° 135, de 15 de abril de 1997.

INPI Normative Act N° 127/97 of March 5, 1997 (Patent Application Procedures) (1997)



INPI Ato Administrativo Nº 127, de 5 de março de 1997.

INPI Normative Act Nº 128/97 (Implementation of the Patent Cooperation Treaty (PCT)) (1997)

INPI Ato Normativo Nº 128, de 5 de março de 1997.

INPI Normative Act Nº 130/97 (Patents Application Forms) (1997)

Revogado pela RESOLUÇÃO INPI Nº 233, de 2 de dezembro de 2009.

INPI Normative Act Nº 126/96 (Deposit of Patents) (1996)

INPI Ato Normativo Nº 126, de 5 de março de 1997.

INPI Normative Act Nº 117/93 (Processing of Patents) (1993)

INPI Ato Normativo Nº 117, de 19 de novembro de 1993.

Geographical Indications

Decree Nº. 4062 of December 21, 2001 (Cachaça from Brazil) (2001)

Decreto Nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001.

INPI Resolution Nº 075 of November 28, 2000 (Registration of Geographical Indications) (2000)

INPI RESOLUÇÃO Nº 75, de 28 de novembro de 2000.

INPI Normative Act Nº 134 of April 15, 1997 (Registration of Geographical Indications) (1997)

INPI Ato Normativo Nº 134, DE 15 DE ABRIL DE 1997.

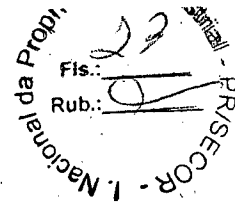
ATUALIZAÇÕES DO INPI

INPI RESOLUÇÃO Nº 274, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

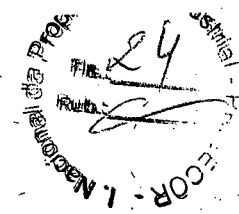
Dispõe sobre a redução de valores de retribuições de serviços prestados pelo INPI.

INPI RESOLUÇÃO Nº 280, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a redução de valores de retribuições de serviços prestados pela Diretoria de Patentes, revoga a Tabela de Retribuições referente à mesma Diretoria, constante do Anexo da Resolução INPI nº 274/11, e dá outras providências.



- INPI Parecer Normativo nº 48/2003 - Possibilidade de supressão de parte da marca e de conseqüente nulidade parcial.
- INPI Parecer Normativo nº 12/2004 - Recolhimento de taxas finais em situação de recurso contra indeferimento parcial.
- INPI Parecer Normativo nº 14/2005 - Descrição de alimento para serviços de alimentação (caso Damasco).
- INPI Parecer Normativo nº 02/2008 - Inclusão, em segunda instância, de normas legais não apontadas no indeferimento pela primeira instância.
- INPI Parecer Normativo nº 12/2008 - Marcas para um mesmo grupo econômico.
- INPI Parecer Normativo nº 20/2008 - Abstenção da aplicação dos artigos 2º, inciso V, da LPI, e art. 10 Bis, da CUP, como base para indeferimento de pedidos de registro de marca.
- INPI Parecer Normativo nº 02/2010 - Admissibilidade de desistência em processo de caducidade de registro se requerida antes da decisão do processo.
- INPI Parecer Técnico INPI/CPAPD nº 01/12 - Acordo de Convivência
- INPI Diretrizes de Análise de Marcas atualizadas em 11/12/2012 (versão anterior de 2010)
- INPI RESOLUÇÃO nº 296/2012 - Dispõe sobre a apresentação e o exame do regulamento de utilização referente à marca coletiva.
- INPI Anexo da RESOLUÇÃO nº 296/2012 - Modelo de regulamento de utilização de Marca Coletiva.
- INPI RESOLUÇÃO Nº 261/2010 - Prorroga o prazo concedido pela RESOLUÇÃO Nº 255/2010 de 10/09/2010, a que se refere o art. 8º da RESOLUÇÃO nº 127/2006 de 10/08/2006 por tempo indeterminado.
- INPI RESOLUÇÃO Nº 260/2010 - Institui as Diretrizes de Análise de Marcas.
- INPI RESOLUÇÃO Nº 291/2012 - Disciplina os procedimentos para a entrada na fase nacional dos pedidos internacionais de patentes depositados nos termos do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), junto ao INPI, como Organismo Designado ou Eleito, de forma a adequar tais pedidos às disposições da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (LPI).
- INPI RESOLUÇÃO Nº 269/2011 de 13/07/2011, em vigor desde 02.08.2011, que normaliza os procedimentos relativos ao pagamento para expedição de Carta-patente.
- INPI RESOLUÇÃO Nº 283/2011 - Esta Resolução disciplina o exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, os procedimentos relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providências.
- INPI RESOLUÇÃO Nº 286/2011 - Esta Resolução disciplina o procedimento facultativo denominado Opinião Preliminar sobre a Patenteabilidade, os procedimentos relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providências.
- INPI RESOLUÇÃO Nº 277/2011 de 28/12/2011, que dispõe sobre o depósito dos pedidos de patente nacionais, dos certificados de adição de invenção, dos pedidos internacionais depositados por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes PCT que optaram pela entrada na fase nacional brasileira e sobre os procedimentos relativos ao exame formal e a numeração do pedido nacional de patente.



INPI Instrução Normativa Nº 273/2011 - Estabelece os procedimentos relativos ao depósito e processamento de pedidos de registro de topografia de circuito integrado no INPI.

INPI RESOLUÇÃO Nº 058/98 - Estabelece as normas e os procedimentos relativos ao registro de programas de computador.

INPI RESOLUÇÃO Nº 201/09 - Institui o depósito da documentação técnica dos Pedidos de Registro de Programa de Computador no formato eletrônico e dá nova redação a dispositivos constantes na RESOLUÇÃO nº 058 / 98.

INPI Ato Declaratório (INTERPRETATIVO) Nº 2 - Dispõe sobre a dedutibilidade das remunerações paga por franqueado a franqueador da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Convenção da União de Paris, de 03 de março de 1983

DECRETO Nº 1.263, DE 10 DE OUTUBRO DE 1994. Ratifica a declaração de adesão aos arts. 1º a 12 e ao art. 28, alínea I, do texto da revisão de Estocolmo da Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial.

Convenção Pan Americana de Buenos Aires de 1910 - Patentes

DECRETO Nº 2881, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1914.

Acordo de Strasbourg de 1971 - Classificação Internacional de Patentes

Tratado de Cooperação de Patentes de 1970 - Ratificado em 1978

Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao comércio - TRIPS.

DECRETO Nº 1355, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750

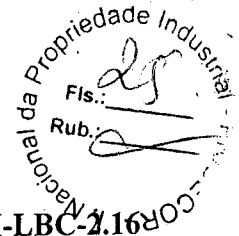
Convenção Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), de 1978

DECRETO Nº 75.699, DE 06 DE MAIO DE 1975. Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, Revista em Paris, a 24 de julho de 1971.

Convenção de Genebra.

DECRETO Nº 76.905, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1975. Promulgada a convenção Universal sobre Direito de Autor, Revista em Paris, 1971.

Convenção de Washington - Convenção Interamericana sobre os direitos de autor em obras literárias, científicas e artísticas, firmada em Washington, em 22 de junho de 1946.



ANEXO 2 DA NOTA TÉCNICA Nº 0020-2013-AGU/PGF/PFE/INPI/COOPI-LBC-2.168

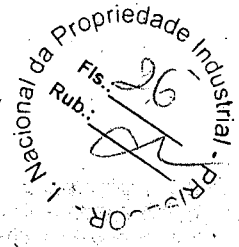
WIPO

Constituição **Constitution / Basic Law (Date of current version)**

- 1. Constitution of the Federative Republic of Brazil (2010)
~~Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010.~~
 Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 71, de 29.11.2012
 Publicado no DOU 30.11.2012

Leis

- 2. Law Nº 11.484 of May 31, 2007. (Integrated Circuit Topographies) (2007)
- 3. Law Nº 10.753 of October 30, 2003 (National Book Policy) (2003)
 Publicado no D.O.U. de 31.10.2003 (Edição extra)
- 4. Law Nº 10.196 of February 14, 2001. (Amendments to the Law on Industrial Property) (2001)
 Publicado no D.O.U. de 16.2.2001
- 5. Law Nº 9.279 of May 14, 1996 (Industrial Property Law) (2001)
 Publicado no D.O.U. de 15.5.1996
- 6. Law Nº 9.609 of February 19, 1998 on the Protection of Intellectual Property of Software, its Commercialization in the Country, and Other Provisions (1998)
 Publicado no D.O.U. de 20.2.1998 e retificado no D.O.U. de 25.2.1998
- 7. Law Nº 9.610 of February 19, 1998 on Copyright and Neighboring Rights (1998)
 Publicado no D.O.U. de 20.2.1998
- 8. Law Nº 5.648 of December 11, 1970 (National Institute of Industrial Property (INPI)) (1998)
 Publicado no D.O.U. de 14.12.1970
- 9. Law Nº 9.456 of April 28, 1997 establishing the Plant Variety Protection Law and enacting other Measures (1997)
 Publicado no D.O.U. de 8.4.1997, retificado em 26.8.1997 e 25.9.1997
- 10. Law Nº 5.869 of January 11, 1973 (Code of Civil Procedure) (2011)

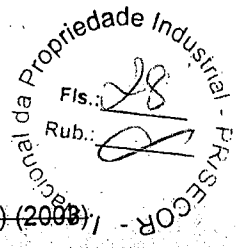


- Publicado no D.O.U. de 17.1.1973
- 11. Law Nº 10.973 of December 2, 2004 (Innovation and Research in Science and Technology) (2010)
Publicado no D.O.U. de 3.12.2004
- 12. Law Nº 10.406 of January 10, 2002 (Civil Code) (2010)
Publicado no D.O.U. de 11.1.2002
- 13. Law Nº 8.383 of December 30, 1991 (Fiscal Reference Unit & Income Tax) (2010)
Publicado no D.O.U. de 31.12.1991
Vide Lei nº 10.192, de 2001
Vide Lei nº 10.522, de 2002
- 14. Law Nº 5.700 of September 1, 1971 (National Symbols) (2009)
Publicado no D.O.U. de 2.9.1971
- 15. Law Nº 11.105 of March 24, 2005 (Biosafety Law) (2007)
Publicado no D.O.U. de 28.3.2005.
- 16. Law Nº 8.884 of June 11, 1994 (Antitrust Law) (2007)
Publicado no D.O.U. de 13.6.1994
Vide Lei nº 12.529, de 2011
- 17. Law Nº 4.131 of September 3, 1962 (Foreign Capital Law) (2006)
Vide Decreto nº 91.152, de 1985
Vide Decreto-lei nº 2.469, de 1988
- 18. Law Nº 3.470 of November 28, 1958 (Income Tax Law) (2001)
Vide RSF nº 38, de 1960.
Publicado no D.O.U. de 28.11.1958
- 19. Law Nº 4.506 of November 30, 1964 (Tax Law) (1997)
Publicado no D.O.U. de 30.11.1964
Vide Decreto-Lei nº 2.396, de 1987
Vide Decreto-Lei nº 2.429, de 1988
Vide Lei nº 9.249, de 1995
- 20. Law Nº 8.955 of December 15, 1994 (Franchising Law) (1994)
Publicado no D.O.U. de 16.12.1994

21. Legislative Decree N° .30 of 1994 (Approval of the Final Act of the Uruguay Round) (1994)
- Publicado no D.O.U de 16.12.1994
- Vide Decreto nº 4.062, de 21 de Dezembro de 2001 (Poder Executivo) - (Aplicação).
- Vide Decreto nº 1.488, de 11 de Maio de 1995 (Poder Executivo) - (Norma Complementar).
- Vide Decreto nº 1.355, de 30 de Dezembro de 1994 (Poder Executivo) - (Promulgação).

Decretos

22. Decree-Law N° 3.689 of October 3, 1941 (Code of Criminal Procedure) (2011)
- Publicado no D.O.U. de 13.10.1941
23. Decree N° 7.356 of November 12, 2010 (Organisational Structure of the Institute of Industrial Property) (2010)
- Publicado no D.O.U. de 12.11.2010 (Edição Extra)
24. Decree-Law N° 2.848 of December 7, 1940 (Penal Code) (2010)
- Publicado no D.O.U. de 31.12.1940
- Vide Lei 12.737, de 2012
25. Decree N° 6.590 of October 1, 2008 (Penalties for Infractions Committed in Cinematographic Activities) (2008)
- Publicado no D.O.U. de 2.10.2008
26. Decree N° 5.459 of June 7, 2005 (Genetic Heritage & Traditional Knowledge) (2005)
- Art. 30 da Medida Provisória no 2.186-16, 2001
- Publicado no D.O.U. de 8.6.2005 e retificado no D.O.U. de 21.6.2005
27. Decree N° 5.244 of October 14, 2004 (National Council on Combating Piracy and Intellectual Property Crimes (CNCP)) (2005)
- Publicado no D.O.U. de 15.10.2004
28. Decree N° 4.830 of September 4, 2003 (Compulsory Licenses in Cases of National Emergency and Public Interest) (2003)
- Publicado no D.O.U. de 5.9.2003
29. Decree N° 4.829 of September 3, 2003 (Brazilian Internet Management Committee (CGI.Br)) (2003)
- Publicado no D.O.U. de 4.9.2003



- 30. ~~Decree Nº 5.762 of February 17, 1965 (Foreign Capital) (2000)~~
O correto é Decreto Nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965.
Publicado no D.O.U. de 18.2.1965

- 31. Decree Nº. 4.533 of December 19, 2002 (Phonograms) (2002)
Publicado no D.O.U. de 20.12.2002

- 32. Decree Nº. 3.551 of August 4, 2000 (The Register of Brazilian Intangible Cultural Heritage) (2000)

- 33. Decree Nº. 3.201 of October 6, 1999 (Compulsory Licenses in Cases of National Emergency and Public Interest) (1999)
Publicado no D.O.U. de 22.12.1999

- 34. Decree Nº. 3.000 of March 26, 1999 (Income Tax Regulations) (1999)
Republicado no D.O.U. de 17.6.99

- 35. Decree Nº. 2.556 of April 20, 1998 (Protection of Intellectual Property of Software) (1998)
Publicado no D.O.U. de 22.4.1998

- 36. Decree Nº. 2.553 of April 16, 1998 (Implementation of Articles 75, 88 to 93 of Law Nº. 9.279 of May 14, 1996 on Industrial Property) (1998)
Publicado no D.O.U. de 20.4.1998

- 37. Decree Nº. 2.366 of November 5, 1997 (Plant Variety Protection) (1997)
Publicado no D.O.U. de 6.11.1997

- 38. Decree-Law Nº. 980 of October 20, 1969 (Collection of Copyright Fees for Cinematograph Exhibitions) (1969)
Publicado no D.O.U. de 21.10.1969

- 39. Decree-Law Nº. 37 of November 18, 1966 (1966)
Publicado no DOU de 21.11.1966
Vide alterações:
Vide Decreto-Lei nº 1.366, de 1974
Vide Decreto Lei nº 1.964, de 1982
Vide Decreto-lei nº 2.033, de 1983

- 40. Decree-Law Nº. 25, November 30, 1937 (Protection of the National Historical and Artistic Heritage) (1937)
Publicado no D.O.U. de 6.12.1937

41. Decree N° 4062 of December 21, 2001 (Cachaça from Brazil) (2001)

Decreto N° 4.062, de 21 de dezembro de 2001.

ATOS DO GOVERNO FEDERAL

42. ~~Ordinance N° 101 of 12 May 2009 (INPI's Service Fees) (2009)~~

O correto é Portaria MDICE N° 101, de 12 de maio de 2009.

Publicado no D.O.U. em 14.05.2009

43. ~~Ordinance MDIC/GM N° 130 of June 11, 2008 (Approval of Internal Rules of the INPI) (2008)~~

Portaria publicada no D.O.U. n° 111, de 12 de junho de 2008, seção I, páginas 78 a 88, e retificada pela Resolução n° 179, de 30 de junho, publicada no D.O.U. n° 126, de 03 de julho de 2008, Seção I, página 81 (Art. 47)

44. ~~Ordinance N° 52 of October 8, 2007 (Program for Promotion and Valorisation of Cultural Expression and Identity of Indigenous Peoples) (2007)~~

O correto é Portaria MINC N° 52, de 8 de outubro de 2007.

Publicado no D.O.U. de 9:10:2007

45. ~~Ordinance N° 85 of April 10, 2006 (Approval of the Internal Regulation of the Department Agricultural Cooperative Development) (2006)~~

O correto é Portaria MAPA N° 85, de 10 de abril de 2006.

Publicado no D.O.U. de 11.04.2006.

46. ~~Ordinance N° 38 of February 7, 2006 (Approval of the Internal Regulation of the National Laboratory of Analysis, Characterization and Differentiation of Plant Varieties (LADIC)) (2006)~~

O correto é Portaria MAPA N° 38, de 7 de fevereiro de 2006.

Publicado no D.O.U. de 8.02.2006

47. ~~Provisional Act N° 2.186-16, dated August 23, 2001 (Genetic Heritage & Traditional Knowledge) (2001)~~

Publicado no D.O.U. de 24.8.2001

48. ~~Ordinance MF N° 436/58 (1958)~~

Portaria MF n° 436 de 30 de dezembro de 1958.

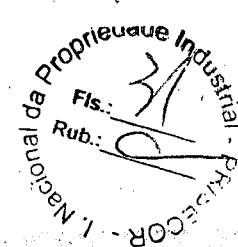
49. ~~Central Bank Resolution N° 3.844/10 (Electronic Declaratory Registration) (2010)~~

BACEN Resolução N° 003844, de 24 de março de 2010.

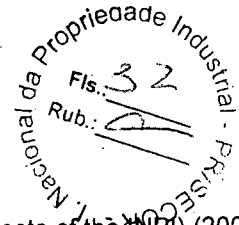
- 50. ~~Normative Instruction SRF N° 040 of April 9, 1999 (Customs Clearance of Cultural Goods) (2006)~~
Revogada pela Instrução Normativa RFB N° 874, de 8 de setembro de 2008.
- 51. Decision N° 9/00 (Tax on Income of Corporations) (2000)
Decisão N° 9, de 28 de junho de 2000.

ATOS DO INPI

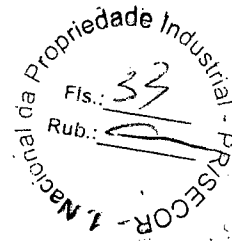
- 52. ~~INPI Normative Act N° 129/97 of March 5, 1997 (Industrial Design Registration Procedures) (1997)~~
Revogado pelo Ato Normativo n° 161, de 10 de junho de 2002.
INPI Resolução N° 278, de 09 de dezembro de 2011.
- 53. INPI Resolution N° 263/2011 of January 28, 2011 (Quality Management System of the Trademark Directorate) (2011)
- 54. ~~INPI Normative Act N° 159/2001 (Service Marks Application Forms) (2011)~~
Revogado pela Resolução INPI n° 279, de 29 de dezembro de 2011.
- 55. INPI Resolution N° 249/10 (Form of Applications in the Area of Industrial Designs) (2010)
Publicado no D.O.U. de 27.8.2010
- 56. INPI Resolution N° 231/09 (Registration of Software) (2009)
INPI Resolução N° 231, de 30 de novembro de 2009.
- 57. INPI Resolution N° 211/09 (Fees for Services Provided by the INPI) (2009)
INPI Resolução N° 211, de 14 de maio de 2009.
- 58. INPI Resolution N° 207/09 (Patent Application) (2009)
INPI Resolução N° 207, de 24 de abril de 2009.
- 59. INPI Operational Rule N° 01/09 (Application for Certificate of Addition of Invention in the DIRPA) (2009)
INPI Norma Operacional N° 01, de 13 de janeiro de 2009.
- 60. INPI Resolution N° 204/2009 (Sets the Values of the Fees of Registration Services of Computer Programs) (2009)
INPI Resolução N° 204, de 18 de março de 2009.
- 61. INPI Resolution N° 191/08 (Priority Right for Patent Application) (2008)



- 62. INPI Resolução Nº 194, de 10 de outubro de 2008.
~~INPI Resolution Nº 187/08 of September 23, 2008 (Procedures for Registration of Topographies) (2008)~~
Revogada pela Instrução Normativa INPI nº 273, de 31 de outubro de 2011.
- 63. INPI Resolution Nº 190/08 of September 23, 2008 (Application Form for Registration of Topographies) (2008)
INPI Resolução Nº 190, de 03 de setembro de 2008.
- 64. INPI Resolution Nº 163/2007 (Amendment to Applications for Trademark Registration) (2007)
INPI Resolução Nº 163, de 12 de novembro de 2007.
Altera dispositivo da Resolução nº 144, de 18 de abril de 2007.
- 65. ~~INPI Resolution Nº 144/07 (Application for Trademarks Registration) (2007)~~
Revogada pela Resolução INPI Nº 163, de 12 de novembro de 2007.
- 66. ~~INPI Resolution No. 135/2006 (Deposit of Patent Application) (2006)~~
Revogada pela Resolução INPI Nº 208, de 24 de abril de 2009.
- 67. ~~INPI Resolution Nº 132/06 (Priority Right for Patent Application) (2006)~~
Revogada pela Resolução INPI Nº 191, de 10 de outubro de 2008.
- 68. INPI Resolution Nº 126/2006 (Electronic System for Management of Industrial Property) (2006)
INPI Resolução Nº 126, de 10 de agosto de 2006.
- 69. INPI Resolution Nº 127/2006 (Establishes the Module MARKS Electronic System of Industrial Property Management) (2006)
INPI Resolução Nº 127, de 10 de agosto de 2006.
- 70. INPI Resolution Nº 128/06 (User's Manual e-MARKS Module and e-INPI) (2006)
INPI Resolução Nº 128, de 10 de agosto de 2006.
- 71. INPI Resolution Nº 124/2006 (Procedures for Payment of Annual Fees of Patents) (2006)
INPI Resolução Nº 124, de 24 de janeiro de 2006.
- 72. INPI Resolution Nº 118/2005 (Voluntary Assistance for Technical Examination of Patents) (2005)
INPI Resolução Nº 118, de 15 de junho de 2005.
- 73. INPI Resolution Nº 117/05 (Electronic Journal of Industrial Property) (2005)
INPI Resolução Nº 117, de 10 de junho de 2005.



- 74. INPI Resolution N° 116/04 (Applications for Return Requests of the INPI) (2004)
INPI Resolução N° 116, de 22 de dezembro de 2004.
- 75. INPI Resolution N° 111/04 (A Specific Fee Change for Software Registration) (2004)
Revogada pelas Resoluções INPI n° 273 e 274, de 24 de novembro de 2011.
- 76. INPI Resolution N° 094/2003 (Transfer of Technology) (2003).
- 77. INPI Normative Act N° 161 of June 10, 2002 (Registration of Industrial Designs) (2002)
INPI Ato Normativo N° 161, de 10 de junho de 2002 e Resolução INPI n° 278, de 9 de dezembro de 2011.
- 78. INPI Normative Act N° 160/2001 (User guide of the Trademark Directorate) (2001)
Revogada pela Resolução INPI N° 279, de 29 de dezembro de 2011 e Manual do Usuário da Diretoria de Marcas: Para Apresentação de Pedidos e Petições em Papel.
- 79. INPI Resolution N° 077/2001 (Amendment to Resolution No. 076/2000) (2001)
INPI Resolução N° 077, de 14 de março de 2001. Dá nova redação ao item 2, da Resolução n° 076/2000.
- 80. INPI Resolution N° 076/2000 (Adoption of the International Classification of Industrial Designs) (2000)
INPI Resolução N° 076, de 15 de dezembro de 2000.
- 81. INPI Normative Act N° 158/00 (Submission of Application for Registration of Contracts and Invoices) (2000)
INPI Ato Normativo N° 158, de 22 de agosto de 2000.
- 82. INPI Normative Act N° 155/00 (Application Forms for Registration of Technology Transfer) (2000)
INPI Ato Normativo N° 155, de 7 de janeiro de 2000 e INPI Ato Normativo N° 158, de 22 de agosto de 2000.
- 83. Declaratory Act N° 1/00 (Tax Treatment) (2000)
INPI Ato Declaratório (Nominativo) N° 1, de 5 de janeiro de 2000.
- 84. Normative Act N° 150/99 (International Classification of Goods and Services) (1999)
INPI Ato Normativo N° 150, de 9 de setembro de 1999.
- 85. INPI Resolution N° 58/98 (Rules and Procedures for Registration of Software) (1998)
INPI Resolução N° 058, de 14 de julho de 1998.
- 86. INPI Resolution N° 59/98 (Fees for Registration of Software) (1998)



INPI Resolução Nº 59, de 14 de julho de 1998.

- 87. INPI Normative Act Nº. 137 (Records of expressions and advertising signs) (1997)
INPI Ato Normativo Nº 137, de 30 de abril de 1997.
- 88. INPI Normative Act Nº. 135/97 (Registration of Franchising and Technology Transfer Contracts) (1997)
INPI Ato Normativo Nº 135, de 15 de abril de 1997.
- 89. INPI Normative Act Nº. 127/97 of March 5, 1997 (Patent Application Procedures) (1997)
INPI Ato Administrativo Nº 127, de 5 de março de 1997.
- 90. INPI Normative Act Nº. 128/97 (Implementation of the Patent Cooperation Treaty (PCT)) (1997)
INPI Ato Normativo Nº 128, de 5 de março de 1997.
- 91. INPI Normative Act Nº. 130/97 (Patents Application Forms) (1997)
Revogado pela Resolução INPI Nº 233, de 2 de dezembro de 2009.
- 92. INPI Normative Act Nº. 126/96 (Deposit of Patents) (1996)
INPI Ato Normativo Nº 126, de 5 de março de 1997.
- 93. INPI Normative Act Nº. 117/93 (Processing of Patents) (1993)
INPI Ato Normativo Nº 117, de 19 de novembro de 1993.
- 94. INPI Resolution Nº. 075 of November 28, 2000 (Registration of Geographical Indications) (2000)
INPI Resolução Nº 75, de 28 de novembro de 2000.
- 95. INPI Normative Act Nº. 134 of April 15, 1997 (Registration of Geographical Indications) (1997)
INPI Ato Normativo Nº 134, de 15 de abril de 1997.

ATUALIZAÇÕES DO INPI

- 96. INPI Resolução Nº 274, de 24 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a redução de valores de retribuições de serviços prestados pelo INPI.
- 97. INPI Resolução Nº 280, de 30 de dezembro de 2011.
Dispõe sobre a redução de valores de retribuições de serviços prestados pela Diretoria de Patentes, revoga a Tabela de Retribuições referente à mesma Diretoria.

constante do Anexo da Resolução INPI nº 274/11, e dá outras providências.

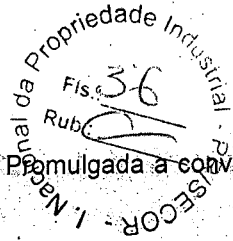
98. INPI Parecer Normativo Nº 48/2003 - Possibilidade de supressão de parte da marca e de conseqüente nulidade parcial.
99. INPI Parecer Normativo Nº 12/2004 - Recolhimento de taxas finais em situação de recurso contra indeferimento parcial.
100. INPI Parecer Normativo Nº 14/2005 - Descrição de alimento para serviços de alimentação (caso Damasco).
101. INPI Parecer Normativo Nº 02/2008 - Inclusão, em segunda instância, de normas legais não apontadas no indeferimento pela primeira instância.
102. INPI Parecer Normativo Nº 12/2008 - Marcas para um mesmo grupo econômico.
103. INPI Parecer Normativo Nº 20/2008 - Abstenção da aplicação dos artigos 2º, inciso V, da LPI, e art. 10 Bis, da CUP, como base para indeferimento de pedidos de registro de marca.
104. INPI Parecer Normativo Nº 02/2010 - Admissibilidade de desistência em processo de caducidade de registro se requerida antes da decisão do processo.
105. INPI Parecer Técnico INPI/CPAPD Nº 01/12 - Acordo de Convivência
106. INPI Diretrizes de Análise de Marcas atualizadas em 11/12/2012 (versão anterior de 2010).
107. INPI Resolução Nº 296/2012 - Dispõe sobre a apresentação e o exame do regulamento de utilização referente à marca coletiva.
108. INPI Anexo da Resolução Nº 296/2012 - Modelo de regulamento de utilização de Marca Coletiva.
109. INPI Resolução Nº 261/2010 - Prorroga o prazo concedido pela Resolução Nº 255/2010 de 10/09/2010, a que se refere o art. 8º da Resolução Nº 127/2006 de 10/08/2006 por tempo indeterminado.
110. INPI Resolução Nº 260/2010 - Institui as Diretrizes de Análise de Marcas.
111. INPI Resolução Nº 291/2012 - Disciplina os procedimentos para a entrada na fase nacional dos pedidos internacionais de patentes depositados nos termos do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), junto ao INPI, como Organismo Designado ou Eleito, de forma a adequar tais pedidos às disposições da Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (LPI).
112. INPI Resolução Nº 269/2011 de 13/07/2011, em vigor desde 02.08.2011, que normaliza os procedimentos relativos ao pagamento para expedição de Carta-patente.
113. INPI Resolução nº 283/2011 - Esta Resolução disciplina o exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, os procedimentos relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providências.
114. INPI Resolução Nº 286/2011 - Esta Resolução disciplina o procedimento facultativo denominado Opinião Preliminar sobre a Patenteabilidade, os procedimentos

relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providências.

115. INPI Resolução Nº 277/2011 de 28/12/2011, que dispõe sobre o depósito dos pedidos de patente nacionais, dos certificados de adição de invenção, dos pedidos internacionais depositados por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes PCT que optaram pela entrada na fase nacional brasileira e sobre os procedimentos relativos ao exame formal e a numeração do pedido nacional de patente.
116. INPI Instrução Normativa Nº 273/2011 - Estabelece os procedimentos relativos ao depósito e processamento de pedidos de registro de topografia de circuito integrado no INPI.
117. INPI Resolução Nº 058/98 - Estabelece as normas e os procedimentos relativos ao registro de programas de computador.
118. INPI Resolução Nº 201/09 - Institui o depósito da documentação técnica dos Pedidos de Registro de Programa de Computador no formato eletrônico e dá nova redação a dispositivos constantes na Resolução Nº 058 / 98.
119. INPI Ato Declaratório (INTERPRETATIVO) Nº 2 - Dispõe sobre a dedutibilidade das remunerações paga por franqueado a franqueador da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas.

ACORDOS INTERNACIONAIS

120. Convenção da União de Paris, de 06 de março de 1983
DECRETO Nº 1.263, DE 10 DE OUTUBRO DE 1994. Ratifica a declaração de adesão aos arts. 1º a 12 e ao art. 28, alínea I, do texto da revisão de Estocolmo da Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial.
121. Convenção Pan-Americana de Buenos Aires de 1910 - Patentes
DECRETO Nº 2881, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1914.
122. Acordo de Strasbourg de 1971 - Classificação Internacional de Patentes
123. Tratado de Cooperação de Patentes de 1970 - Ratificado em 1978
124. Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao comércio - TRIPS.
DECRETO Nº 1355, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994.
125. Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1979
126. Convenção Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), de 1978
127. DECRETO Nº 75.699, DE 06 DE MAIO DE 1975. Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, Revista em Paris, a 24 de julho de 1971.
128. Convenção de Genebra.



129.

DÉCRETO Nº 76 905 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1975. Promulgada a convenção Universal sobre Direito de Autor, Revista em Paris, 1971.

130.

Convenção de Washington – Convenção Interamericana sobre os direitos de autor em obras literárias, científicas e artísticas, firmada em Washington, em 22 de junho de 1946.



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INPI
Rua Mayrink Veiga, 09, 22º andar - Centro - Rio de Janeiro - Cep 20.090-050
Tel.: (21) 3037-3731/3037-3208 - Fax.: (21) 3037-3206

Despacho Nº 0046/2013-AGU/PGF/PFE/INPI/COOPI-ALB-3.2.3

REFERÊNCIA: Processo Nº. 52400.003769-2012-12

1. Acordo com a Nota Nº 0020-2013-AGU/PGF/PFE/INPI/COOPI-LBC-2.16, acostada às fls. 11/36, *retro*.
2. À DICOD.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

ANDRÉ LUIS BALLOUSSIER ANCORA DA LUZ
Procurador-Chefe Substituto, em exercício